Márcia Noleto
(org.)

REESCREVENDO LUTOS

Uma nova perspectiva de amparo e justiça

summus editorial

REESCREVENDO LUTOS
Uma nova perspectiva de amparo e justiça
Copyright © 2026 by autores
Direitos desta edição reservados por Summus Editorial

Editora executiva: **Soraia Bini Cury**
Assistente editorial: **César Carvalho**
Preparação: **Carol Colffield**
Revisão: **César Carvalho**
Capa: **Delfin [Studio DelRey]**
Projeto gráfico: **Crayon Editorial**
Diagramação: **Natalia Aranda**

Summus Editorial
Departamento editorial
Rua Itapicuru, 613 – 7º andar
05006-000 – São Paulo – SP
Fone: (11) 3872-3322
http://www.summus.com.br
e-mail: summus@summus.com.br

Atendimento ao consumidor
Summus Editorial
Fone: (11) 3865-9890

Vendas por atacado
Fone: (11) 3873-8638
e-mail: vendas@summus.com.br

Impresso no Brasil

SUMÁRIO

Prefácio I 9
Pedro Paulo Gastalho de Bicalho

Prefácio II 11
Ana Tereza Basilio

Apresentação 13
Márcia Noleto

Tragédia anunciada — Somos sementes: desastres ambientais ou tragédias anunciadas? 17
Helena Taliberti

Um olhar da psicologia 18
Marco Antônio Casanova, Maria Laura do Amaral Baldassari, Natália Sperança de Moraes Mello, Pâmela Dauzcuk de Souza e Regina de Oliveira Santana

Um olhar do direito 27
Úrsula Eustórgio

Como fica a justiça em relação às vítimas? 32
Ana Tereza Ribeiro Salles Giacomini

Violência obstétrica e negligência médica — Do silenciamento das vozes femininas ao protagonismo de seu testemunho 37
Evelin Moura e Thais Ferreira

Um olhar da psicologia 38
Nelly Lara de Brito e Verônica Coutinho

Um olhar do direito 45
Pâmela Brito

Feminicídio — "Quem ama não mata": um olhar fenomenológico existencial sobre o sofrimento materno 57
Patrícia Kelly de Melo

Um olhar da psicologia 59
Bárbara D. Innocente, Márcia Lima Silva e Tatiane Vieira Curi

Um olhar do direito 73
Edna Raquel Hogemann

Violência de gênero — O direito à cidadania trans: a busca de um atestado de óbito legítimo 79
Silvia de Souza Soares

Um olhar da psicologia 80
Flavia Silva, Luciana Marins e Tatiane Vieira Curi

Um olhar do direito 91
Alessandra Ulrich de Almeida

Violência urbana — Injustiça e políticas públicas frágeis 97
Ana Cristina Graça Franco, Ana Lúcia Cardoso e Ivania Larrubia

Um olhar da psicologia e do serviço social 99
Claudete Ferreira Marcolino, Guilherme Pimentel Spreafico Braga, Ione Vilhena dos Santos e Maria Helena Santana de Araújo Soares Silva

Um olhar do direito 120
Jaqueline Rodrigues de Oliveira

Maternidade atípica — Dor, trauma e invenções para vidas possíveis 125
Chaieni Neves, Vanessa Menezes e Verônica Coutinho

Um olhar da psicologia 127
Nelly Lara de Brito e Verônica Coutinho

Um olhar do direito 138
Fabiana Kuele Moreira dos Santos Lima

Suicídio — Quando a vida dói: uma leitura com base nas experiências de mães enlutadas por suicídio 149
Thays Maria Gonçalves dos Santos e Totolinha

Um olhar da psicologia 151
Cláudia Carla Rodrigues Lello, Marco Antônio Casanova, Paula Guimarães Guerreiro e Regina de Oliveira Santana

Um olhar do direito 163
Thaís Rodrigues de Chaves

Ficha técnica 171

Quem somos 175

PREFÁCIO I

Há livros que nascem como sementes lançadas ao solo fértil da dor coletiva. Não porque desejem florescer por meio do sofrimento, mas porque reconhecem que, quando vidas são interrompidas, histórias são rasgadas e futuros são violentamente suspensos, é preciso que algo — personificado como *alguém* — se recuse a permitir que o silêncio seja a última palavra. Este livro é um desses gestos de recusa. Um desses atos de coragem. Uma dessas sementes.

Reescrevendo lutos não é apenas uma obra sobre perdas. É, sobretudo, um livro sobre o que fazemos com elas. Sobre como transformamos o que nos atravessa em linguagem, luta, memória e política. Sobre como mães, mulheres, famílias e comunidades inteiras reinventam modos de existir quando o mundo insiste em lhes negar o direito ao luto, ao reconhecimento e à justiça.

Cada capítulo aqui reunido é um território de testemunho. E testemunhar, sabemos, não é apenas narrar: é inscrever no mundo aquilo que o mundo tentou apagar. É afirmar que nenhuma vida é descartável, que nenhuma morte é prontamente aceitável, que nenhuma violência pode ser naturalizada.

No primeiro bloco, "Tragédia anunciada", Helena Taliberti nos convoca a olhar para os desastres ambientais não como fatalidades, mas como consequências de escolhas políticas, econômicas e éticas. Somos lembrados de que tragédias não caem do céu: são produzidas. E, por isso mesmo, podem e devem ser denunciadas.

Em seguida, ao adentrarmos o campo da violência obstétrica e da negligência médica, Evelin Moura e Thais Ferreira rompem o pacto de silêncio que historicamente recai sobre os corpos das mulheres. Seus depoimentos devolvem voz a quem foi calada e humanidade a experiências que, tantas vezes, são tratadas como estatísticas ou "complicações".

No capítulo dedicado ao feminicídio, Patrícia Kelly de Melo nos oferece um testemunho ao mesmo tempo íntimo e político. "Quem ama não mata" deixa de ser slogan para se tornar denúncia, análise e convocação. Aqui, o sofrimento materno se transforma em lente para compreender a brutalidade de um país que insiste em matar suas mulheres.

A seção sobre violência de gênero amplia o horizonte ao abordar o direito à cidadania trans. Silvia de Souza Soares nos lembra que até mesmo o luto pode ser negado quando identidades são apagadas. Sua busca de um atestado de óbito legítimo revela quanto a violência institucional também mata — e continua matando — mesmo depois da morte.

No bloco sobre violência urbana, os depoimentos de Ana Cristina Graça Franco, Ana Lúcia Cardoso e Ivania Larrubia expõem a ferida aberta de um país que convive com a morte como rotina. São relatos que desestabilizam, incomodam e exigem de nós uma ética da escuta e da responsabilidade.

As mães atípicas, por sua vez, nos apresentam outro modo de luto: aquele que se reinventa diariamente, que negocia com o trauma e que cria, apesar de tudo, possibilidades de vida. Chaieni Neves, Vanessa Menezes e Verônica Coutinho mostram que o amor — quando atravessado pela produção de deficiências, pela exclusão e pela violência simbólica — também precisa ser reconhecido como luta.

Por fim, o capítulo sobre suicídio nos conduz a um território de dor profunda, em que a vida dói e mães enlutadas — como Totolinha e Thays Maria Gonçalves dos Santos — procuram sentido em meio ao indizível. Aqui, mais uma vez, o testemunho se faz ponte entre o que se perdeu e o que ainda pode ser reconstruído.

Este livro é, portanto, um mosaico de experiências que, embora distintas, convergem para uma mesma afirmação: o luto é político. E, quando compartilhado, torna-se coletivo, transformador e insurgente.

Ao reunir tais vozes, *Reescrevendo lutos* não oferece respostas prontas. Oferece algo mais raro: um espaço de escuta. Um espaço onde a dor não é hierarquizada, onde a memória não é negociável, onde a justiça não é promessa distante, mas horizonte possível.

Que este livro encontre leitores dispostos a se afetar.

Que encontre profissionais dispostos a rever práticas.

Que encontre gestores dispostos a repensar políticas.

Que encontre, sobretudo, pessoas dispostas a reconhecer que cada vida importa — e que cada morte exige responsabilidade ética.

Porque, ao reescrevermos nossos lutos, reescrevemos também o mundo.

Pedro Paulo Gastalho de Bicalho
Professor titular do Instituto de Psicologia
da Universidade Federal do Rio de Janeiro

PREFÁCIO II

Perder um filho é, sem dúvida, uma das experiências mais dolorosas que alguém pode viver. Quando a perda acontece em meio à violência, a dor se multiplica, ganha contornos que desafiam a capacidade de compreensão, acolhimento e até mesmo de justiça. É nesse cenário que *Reescrevendo lutos* surge como obra essencial, que traz uma abordagem inédita e necessária, reunindo o olhar sensível da psicologia com a força transformadora do direito.

Este livro nasce de um esforço conjunto e coordenado, que parte do reconhecimento de que a dor das mulheres não pode ser tratada apenas como questão pessoal ou privada. O luto causado pela perda violenta de um filho atravessa a esfera íntima e se insere no coletivo, exigindo respostas multidisciplinares que considerem sua complexidade.

Por isso, os capítulos aqui apresentados trazem contribuições valiosas de psicólogas que atuam diretamente no atendimento a tais mulheres, combinadas com análises jurídicas elaboradas por advogadas e profissionais de outras áreas, que discutem a importância da legislação e das políticas públicas para o amparo efetivo.

A psicologia, nesta obra, não apenas revela as nuanças do sofrimento, mas mostra também caminhos para a reconstrução e a resiliência. O trabalho das profissionais que aqui escrevem nos ajuda a entender que o luto não é um processo linear, mas uma jornada marcada por reviravoltas, resistência e, acima de tudo, uma procura incessante por sentido e acolhimento.

As experiências de luto abordadas nesta obra decorrem de diferentes formas de violência, cada uma com suas especificidades. Todas, no entanto, são atravessadas por um mesmo pano de fundo: a negligência, o silenciamento e a ausência de respostas efetivas do Estado.

Os capítulos se debruçam sobre casos de violência obstétrica, em que a dor da perda é agravada pelo desrespeito ao corpo e à autonomia da mulher no momento mais vulnerável de sua vida; erros médicos, que retiram vidas de maneira abrupta e evitável, afetando especialmente mães atípicas, que já enfrentam grandes desafios pessoais; feminicídios e violências de gênero, que escancaram uma cultura de

controle e eliminação da mulher; tragédias anunciadas, com impactos devastadores sobre comunidades inteiras, muitas vezes negligenciadas pelo poder público; suicídios, que trazem à tona questões urgentes de saúde mental e prevenção; e violência urbana, marcada pelas desigualdades sociais.

Cada uma dessas situações é analisada pelo prisma do luto, não apenas como consequência emocional, mas como convocação à transformação das estruturas que perpetuam tais perdas.

O luto dessas mulheres não acontece isoladamente, pois ocorre em uma sociedade que muitas vezes falha em protegê-las e apoiá-las. Nesse aspecto, o direito assume papel estratégico que, muito além da mera aplicação de normas, atua como força viva e dinâmica, capaz de garantir justiça às vítimas e, ao mesmo tempo, estimular reformas que promovam a proteção e a prevenção de novos casos.

A interação interdisciplinar que este livro propõe é fundamental para pensarmos políticas públicas mais eficazes e humanas, que levem em conta as necessidades concretas dessas mulheres.

O enfrentamento da questão requer articulação entre diferentes saberes e instituições. O Poder Judiciário, as redes de saúde mental e os serviços sociais precisam estar integrados, trabalhando juntos para oferecer uma resposta ampla e coordenada às mães enlutadas.

Nesse contexto, a atuação da Ordem dos Advogados do Brasil do Rio de Janeiro (OAB/RJ) é de extrema relevância. Como entidade que representa a advocacia e atua em defesa do Estado democrático de direito, nossa missão inclui promover o respeito aos direitos humanos e lutar por uma justiça restaurativa, que considere a dimensão humana e social.

Apoiar iniciativas como esta, que envolvem o Conselho Federal de Psicologia e o Grupo Mães Semnome, é parte do compromisso institucional de fortalecer o diálogo entre as áreas, ampliando o acesso ao amparo jurídico e psicológico.

Este livro é, acima de tudo, um convite à reflexão e à ação. Ele nos chama a olhar para a dor dessas mulheres com mais empatia e compromisso, para que elas não sejam apenas vítimas esquecidas, mas protagonistas de uma luta por justiça e dignidade.

Que ele inspire toda a sociedade a agir com responsabilidade diante de uma causa tão urgente, para que a justiça não seja apenas um conceito, mas uma realidade concreta na vida das mulheres que perderam seus filhos.

Ana Tereza Basilio
Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil,
seccional do Rio de Janeiro (OAB/RJ)

APRESENTAÇÃO

A expressão "pedra fundamental" ou "pedra angular" remete a um bloco de pedra colocado na fundação de um edifício, simbolizando o marco inicial de uma construção. Podemos utilizar a mesma expressão quando falamos de valores ou de uma base sólida sobre a qual um projeto se ergue. É um símbolo que marca um compromisso.

Para apresentar a pedra fundamental que deu origem e propósito a este livro, é imprescindível falar do Grupo Mães Semnome (MSN), fundado por mim em 2011. Chama-se assim porque não há nome para a dor da perda de um filho.

O MSN é um trabalho pioneiro e totalmente voluntário que nunca recebeu nenhum tipo de ajuda institucional — muito embora tenhamos batido à porta de inúmeros políticos, personalidades influentes e instituições. Para que o trabalho pudesse ser aprimorado, nosso conceito ideal seria o de ter um "centro de estudos, pesquisas e acolhimento ao luto". Um projeto com dois setores estruturais: o de acolhimento a enlutados em geral e o de estudos e pesquisas acadêmicas.

O setor de acolhimento a enlutados teria como objetivo atender pessoas que perderam entes próximos em suas mais diversas formas, disponibilizando apoio psicológico durante o processo de luto. Já a coordenadoria de estudos e pesquisas acadêmicas teria como objetivo aprofundar o conhecimento sobre o tema, com ênfase em suas diversas dimensões psicológicas, sociais e culturais. Compreendemos a importância da produção de documentação, geração de estatísticas, referências para fonte de pesquisas, matérias jornalísticas, formação e capacitação de estudantes de psicologia e psicólogos profissionais, organização e produção de eventos acadêmicos e comunitários, estreitamento de parcerias e, finalmente, elaboração de campanhas e conteúdos estratégicos para tais fins específicos.

Mesmo não dispondo efetivamente de um "centro de estudos, pesquisas e acolhimento ao luto" ou apoio financeiro, e não estando inscrito em nenhum projeto oficial do governo estadual ou federal, o MSN, hoje, é uma rede estruturada de psicólogas que atendem, de forma online e presencial, mulheres de todo o Brasil e do exterior, e que produzem, sim, muitos registros acadêmicos.

Ao longo dos anos, construímos um nome sólido e recebemos reconhecimento da mídia, que se solidariza com nosso objetivo principal: acolher mães que perderam seus filhos.

As psicólogas do grupo não só abrem as portas de seus consultórios como se empenham em se manter atualizadas, estudando o tema, produzindo trabalhos acadêmicos, criando dinâmicas de grupo e recebendo supervisão para os seus atendimentos clínicos. Somente em 2025, essa importante rede informal atendeu cerca de mil mulheres em desespero de forma totalmente gratuita.

Quando penso na longa jornada que iniciou em 2011, após a perda da minha filha Mariana, percebo quanto contribuímos para amenizar a dor e o sofrimento humanos. Então, consigo entender o empenho e a dedicação de todas as pessoas que participaram deste livro e aceitaram o convite prontamente, sem titubear.

Há muita indignação e, sobretudo, muito respeito e empatia na motivação que levou 15 psicólogas, 4 orientadores, 7 advogadas, 1 promotora de justiça, 1 assistente social e 3 jornalistas a contarem as histórias de 13 mães enlutadas. Muita gente envolvida, muita gente junta em prol de preencher um enorme vácuo do poder público.

Escolhemos as mães com base em alguns critérios. O principal: elas deveriam ser frequentadoras dos grupos terapêuticos do MSN ou ter participado de algum evento ou publicação do grupo. Depois, pensamos nos temas a serem abordados: tragédia anunciada (caso de Brumadinho), violência obstétrica e negligência médica, feminicídio, violência de gênero, violência urbana, mães atípicas e suicídio.

A ideia deste livro surgiu durante uma palestra para a qual fui convidada pela Comissão OAB Mulher, também conhecida como Diretoria da Mulher Advogada, da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Rio de Janeiro (OAB/RJ). A comissão dedica-se a promover a igualdade de gênero, a combater a discriminação e a fortalecer a presença e os direitos das mulheres na advocacia e na sociedade. Fiquei muito interessada nesse enfoque, pois ele tinha uma relação estreita com o trabalho do MSN.

Na ocasião, tive a oportunidade de mostrar à presidente da OAB, dra. Ana Tereza Basilio, a "Cartilha jurídica do luto: orientações práticas e jurídicas aos familiares", lançada em 2016 com a Fundação Getulio Vargas (FGV/RJ).

Quando houve o interesse da OAB pela cartilha, pensei imediatamente que, desta vez, o cunho de outra publicação deveria incluir não só reflexões jurídicas, mas também psicológicas. A junção dessas duas ciências ampliaria sobremaneira as discussões que gostaria de apresentar. Logo depois, entrou no projeto o presidente do Conselho Federal de Psicologia (2022-2025), Pedro Paulo Gastalho de Bicalho.

Organizar um livro com tantos parceiros e amigos não foi tarefa fácil. Mas havia algo de urgente nesse movimento. Havia uma vontade premente de demonstrar que, quando estamos unidos em grupos, temos uma potência incontestável.

Não à toa escolhemos tal caminho. Chegamos até aqui após uma longa trajetória, fruto de inúmeros encontros e reflexões sobre a temática do luto, inseridos em um contexto histórico e social que torna invisíveis, de forma gritante, as mulheres brasileiras.

Foi nessa experiência, ouvindo as protagonistas, que descobrimos histórias que revelavam uma fotografia social que precisava ser denunciada, pois, na maioria, findavam em fatalidades atrozes.

Era preciso dar voz a essas mulheres, a essas mães que passaram por tanto descaso, falta de fiscalização, e que, mesmo sofrendo em demasia, se viam diante da impunidade que assola o Brasil.

Dar voz. O que isso significa?

Deixá-las contar.

Deixá-las pedir que as vejam.

Deixá-las gritar.

Deixar a dor existir, ser vista e, finalmente, ter um nome.

Márcia Noleto
Coordenadora da C-FEN: Clínica e Cursos em Fenomenologia
Fundadora do Grupo Mães Semnome (MSN)

TRAGÉDIA ANUNCIADA

Somos sementes: desastres ambientais ou tragédias anunciadas?

Helena Taliberti

Em 25 de janeiro de 2019, na cidade de Brumadinho (MG), houve o rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão, da mineradora Vale (multinacional brasileira, uma das maiores operadoras de logística do país e uma das maiores empresas de mineração do mundo), o que desencadeou uma das maiores tragédias da história e a maior operação de resgate já realizada no Brasil. De acordo com Rossi e Buono (2019), a barragem era sustentada por uma encosta gramada de 86 metros de altura, equivalente a três vezes a estátua do Cristo Redentor, no Rio de Janeiro (RJ). Dentro dela, havia 11,7 milhões de metros cúbicos de rejeito de minério de ferro. Em alguns pontos, o poder de destruição da avalanche foi equivalente a uma onda do mar de 30 metros a 120 km/hora, atingindo funcionários e terceirizados que estavam nas instalações da mineradora, além de pousadas e propriedades rurais da região.

O mar de lama e destroços deixou um rastro de destruição pelos mais de 300 quilômetros por onde passou, o que causou 272 mortes, de acordo com a Associação dos Familiares das Vítimas e Atingidos pelo Rompimento da Barragem em Brumadinho (Avabrum), considerando, inclusive, os bebês de duas mulheres grávidas. Deixou também marcas profundas no ecossistema local, contaminando 250 km do rio Paraopeba, bem como na vida das milhares de pessoas que foram impactadas pela perda de suas casas e de seu modo de vida e subsistência. Tais pessoas vêm, ao longo desses anos, mobilizando esforços para reconstruir a própria vida.

Foi nesse dia que Helena Taliberti perdeu seus dois filhos, Camila e Luiz Taliberti, de 33 e 31 anos, a nora Fernanda Damian, de 30 anos, grávida de cinco meses de Lorenzo, o ex-marido Adriano Ribeiro da Silva, de 61 anos, e a esposa dele, Maria Lourdes Bueno, de 58 anos, madrasta de Camila e Luiz.